

Contas do Governo Central têm superávit de R\$ 1,9 bilhão

Uma boa notícia sobre as contas públicas: o chamado Governo central, que engloba o Tesouro Nacional, o Banco Central e a Previdência Social, conseguiu obter receitas R\$ 1,9 bilhão maiores do que as despesas no mês de julho. Desde janeiro, essa esfera de Governo já contabiliza uma economia de R\$ 14,1 bilhões na suas contas, o equivalente a 2,53% do Produto Interno Bruto (PIB). "Foi um resultado acima das nossas expectativas", comemorou o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, ao apresentar os números ontem.

Sozinho, o Governo central quase cumpriu a meta indicativa

do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pelos termos do empréstimo, todo o setor público, que é a soma do Governo central com estados, municípios e estaduais, deve arrecadar R\$ 15,6 bilhões a mais do que os gastos públicos entre janeiro e julho.

Este número, da meta indicativa, é uma espécie de caminho que o País deve seguir para atingir com folga os critérios de desempenho, que são pré-requisitos para o saque dos recursos do fundo. O próximo critério de desempenho na área fiscal está marcado para o mês que vem: de janeiro a setembro, o Brasil terá que conseguir arrecadar R\$

23,78 bilhões a mais do que os gastos públicos.

Até aqui, o Governo vem conseguindo andar na linha do acordo com o FMI. A diferença entre o resultado já contabilizado com a meta indicativa é de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. O Banco Central ainda está calculando o quanto governadores, prefeitos e presidentes de estaduais conseguiram economizar em junho e julho. A conta só será fechada no final do próximo mês, mas a meta indicativa será facilmente atingida caso mantenha-se a tendência no resultado dos estados, municípios e estaduais mostrada entre janeiro e maio (período já levantado pelo BC).

Mesmo com o bom resultado de julho, o Governo ainda não conseguiu corrigir o principal ponto do ajuste fiscal, que são os gastos públicos. Com os aumentos de impostos, a União arrecadou 15,2% mais se comparados julho deste e do ano passado. Mas nem os cortes no Orçamento impediram as despesas de crescer 3,2% no mesmo período.

Sobre o resultado acumulado desde janeiro, a proporção é quase idêntica. A receita do Governo subiu de 19,5% do PIB em 98 para 21,1% do PIB neste ano. Mas do outro lado, das despesas, a queda é bem mais tímida, de 19,1% do PIB para 18,4% do PIB.